



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

1ª CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0051382-35.2010.8.17.0001 (0262070-2)

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. ROBUSTO ACERVO DE PROVAS MATERIAIS E DEPONENCIAIS APONTAM O APELANTE COMO SENDO UM DOS AUTORES DO CRIME DESCRITO NA DENÚNCIA. O FATO DE A TESTEMUNHA SER POLICIAL NÃO RETIRA A CREDIBILIDADE DE SUAS DECLARAÇÕES, SALVO CONCRETA SUSPEIÇÃO. DOSIMETRIA. AFASTAMENTO DA PENA-BASE DO MÍNIMO LEGAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. A PRIMARIEDADE DO ACUSADO NÃO LHE CONFERE DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO A FIXAÇÃO DA BASILAR EM SEU MÍNIMO LEGAL. O APELANTE NÃO FAZ JUS À SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR

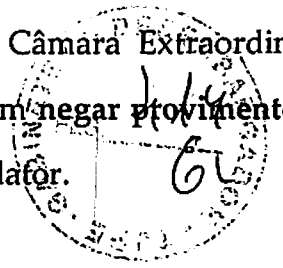
RESTRITIVAS DE DIREITOS À MÍNIMA DO
PRESSUPOSTO OBJETIVO DO QUANTUM DA
REPRIMENDA A ELE IMPOSTA. APELO A QUE SE
NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE DE
VOTOS.

1. Comprovadas, ante sólido acervo de provas testemunhais e materiais, a materialidade e a autoria do crime de roubo qualificado imputado ao ora apelante.
2. Não há qualquer irregularidade no fato de o policial que participou das diligências que culminaram com a prisão do agente ser ouvido como testemunha, salvo na hipótese de concreta suspeição.
3. Dosimetria. O exame desfavorável dos motivos e das circunstâncias do crime do crime autoriza o afastamento da pena-base do mínimo legal. Somente quando todos os parâmetros norteadores do art. 59 do Código Penal favorecem o acusado é que a pena-base deve ser fixada no seu menor quantitativo, de sorte que deverá residir acima deste, toda vez que pelo menos uma das circunstâncias judiciais militar em seu desfavor.
4. A primariedade do acusado não lhe confere direito público subjetivo à fixação da basilar em seu patamar mínimo legal
5. Incabível a substituição da pena corporal por restritiva de direitos em virtude de o apelante não preencher o requisito objetivo do *quantum* da pena, estampado no art. 44, I, do Código Penal, tendo em vista que foi condenado a uma pena superior a 07 (sete) anos de reclusão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº
0051382-35.2010.8.17.0001 (0262070-2), em que são partes as acima nominadas,

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Extraordinária Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em ~~negar provimento~~ ao recurso de apelação, nos termos do voto do Desembargador Relator.



Recife, 22 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

350
[Assinatura]

1ª CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0051382-35.2010.8.17.0001 (0262070-2)

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por **JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR** contra a sentença de fls. 301/308, prolatada pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital, a qual julgou procedente a denúncia com o fim de condená-lo a **07 (sete) anos 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa** por haver cometido o delito inscrito no art. 157, § 2º, incisos I, II e IV, do Estatuto Repressivo (Roubo qualificado).

Narra a denúncia que, no dia 17 de setembro de 2010, **KLÉBSON MANOEL TELES DA SILVA**, conhecido por **BINHO**, e **JOSÉ FERNANDO DOS**

[Assinatura]

3281
SANTOS JÚNIOR, acompanhados de outros elementos não identificados, sendo que um deles é conhecido por DUDU, praticaram crime de roubo contra a vítima Moacir José de Carvalho, que fora contratado por uma empresa para efetuar o transporte de mercadorias que seriam entregues na empresa C&A, localizada na Rua São Gonçalo, 44, Boa Vista, nesta cidade do Recife.

Segundo a peça a trial, após a vítima carregar seu veículo com uma carga de leite Itambé, dirigiu-se até o local da entrega onde parou o seu caminhão e ficou esperando a empresa abrir. Instantes após, a vítima foi abordada por JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR, o qual levantou a camisa, mostrou um revólver que conduzia na cintura e anunciou o assalto, determinando que a vítima entrasse no baú do caminhão, enquanto KLÉBSON, que acompanhava JOSÉ FERNANDO em uma moto, assumiu o volante do veículo da vítima, conduzindo-o em direção à BR-232.

Consta da peça acusatória que os denunciados não perceberam que o ofendido estava com um telefone celular, possibilitando assim que entrasse em contato com o dono da mercadoria que conseguiu acionar a Polícia Militar a fim de localizar o caminhão roubado.

Ainda de acordo com a denúncia, quando o caminhão que fora subtraído parou na BR-232, no Bairro do Curado, KLÉBSON mandou a vítima descer do veículo e seguir com outro elemento, provavelmente o indivíduo conhecido por DUDU, que seguia o veículo roubado em uma motocicleta. Em seguida, a vítima e o elemento de identidade desconhecida se dirigiram para dentro do mato, onde este ficou vigiando a vítima e aguardando instruções.

A denúncia registra que, ainda na BR-232, na altura da loja Atacado dos Presentes, no Bairro do Curado, integrantes de uma viatura da Polícia Militar, que identificaram o caminhão a partir das ligações efetuadas pela vítima, interceptou o veículo conduzido pelos denunciados, realizando a abordagem e lhes dando voz de prisão.

Segundo apuração conduzida pela autoridade policial, diz a denúncia, KLÉBSON foi o mentor do crime, visto que trabalhava no cargo de conferente na empresa proprietária da carga roubada, participou do carregamento do caminhão e sabia do destino da carga. De posse destas informações, associou-se à FERNANDO e à DUDU, este o elemento que forneceu a arma utilizada no crime à FERNANDO, para planejar e executar o crime ora descrito.

Em face de tal conduta, KLÉBSON MANOEL TELES DA SILVA e JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR foram denunciados como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal.

As razões recursais ofertadas pela defesa do réu JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR foram acostadas às fls. 314/326.

A defesa alega que o magistrado processante se lastreou unicamente nos elementos probatórios constantes do inquérito policial, o que, a despeito do princípio do livre convencimento do julgador, fere o princípio constitucional do contraditório.

Aduz que o Ministério Público nada conseguiu provar durante a instrução processual, alicerçando a acusação contida na denúncia apenas nos depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão do apelante. Tal prova, argumenta a defesa, é insuficiente para assoalhar o decreto condenatório.

A defesa sustenta que a pena imposta pelo julgador monocrático se afigurou exacerbada, visto que o recorrente ostenta os requisitos subjetivos para ter a pena fixada no mínimo legal, bem como faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Por tais razões, requer o provimento do recurso.

A representante do Ministério Público ofereceu contra-razões às fls. 343/346, postulando o improvimento do recurso.

Parecer exarado às fls. 368/372 pela douta Procuradoria de Justiça, onde o representante do Órgão Ministerial se manifestou pelo improvimento do apelo,

383
pall

É O RELATÓRIO. À DOUTA REVISÃO.

Recife, 25 de agosto de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



389

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

1ª CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PRIMEIRA CÂMARA EXTRAORDINÁRIA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0051382-35.2010.8.17.0001 (0262070-2)

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Sem preliminares a serem enfrentadas. Passemos ao exame do mérito recursal. A materialidade está corporificada no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 27, no Boletim de Ocorrência de fls. 21/26 e na Perícia em Equipamentos Eletrônicos de fls. 172/189.

Ao ser ouvido perante a autoridade policial, quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito, o apelante confessou a autoria delitiva (fls. 15/16). O réu declarou que foi procurado por um indivíduo conhecido por DUDU o qual propôs roubar uma carga de leite em pó; que, quatro dias antes dos fatos, viu DUDU conversando com um conferente daquela empresa, José Carlos Apolônio dos Santos, certamente para receber informações sobre a carga; que o José Carlos Apolônio dos Santos é amigo de KLÉBSON; que, no dia dos fatos, encontrou-se com DUDU em Prazeres, além de mais três comparsas, entre eles KLÉBSON, e dirigiram-se ao Bairro dos Coelho, onde iria ocorrer o roubo; que ele declarante foi quem atacou o motorista utilizando o revólver que tinha cedido por DUDU; que, após o motorista ser colocado no baú, a direção do caminhão foi assumida por KLÉBSON, enquanto que DUDU e os outros dois vinham escoltando o caminhão em motos; que após serem abordados pelos policiais militares, DUDU e os outros dois, que estavam pilotando motocicletas, conseguiram fugir.

Em seu interrogatório judicial, o recorrente manteve a versão fornecida na fase inquisitorial (fls. 278/280):

"Que foi preso na Br232 em frente ao atacadão dos presentes; Que estava dentro do caminhão roubado ao lado de Klebson que o dirigia; Que Dudu disse que o destino era Caruaru mas não disse a quem iria ser entregue a carga; Que Dudu dirigia uma moto Broz de cor preta e não ia na dianteira do caminhão e sim, seguia o caminhão; **Que foi o interrogando quem abordou o motorista em frente a distribuidora; Que não chegou a apontar a arma, apenas exibiu a replica de 38, de plástico, que trazia na cintura;** Que a replica não efetua tiros e não tinha munição; Que essa arma não foi apreendida porque ficou com Dudu e este conseguiu foragir; Que conhecia klebson apenas de vista; **Que conhecia Dudu e foi levado por ele até o local da abordagem ao motorista do caminhão;** Que não sabe como Dudu tinha informação acerca da carga e de onde estaria o caminhão na hora do roubo; Que nunca trabalhou na empresa vítima; Que acha que Dudu já trabalhou na empresa vítima, porque ele costumava trabalhar como "chapeiro", isto é, fazia carregamento e descarregamento de caminha; Que acredita que Dudu não trabalhou no carregamento desse caminhão roubado; Que tomou o celular do motorista do caminha e colocou ele no baú do

próprio caminhão; Que Dudu seguiu o caminhão e quando chegou no atacado dos presentes o próprio Dudu abriu o baú e ficou com o motorista no local, deixando a moto estacionada; Que assim que deu partida no caminhão, acerca de 100 metros depois de deixar Dudu e a vítima foram abordados pela polícia; Que Dudu viu a abordagem e deixou a vítima no local e fugiu com a moto; Que Dudu ficou com a vítima no local para dar tempo do caminhão se distanciar sem que a vítima denunciasse; Que não chegou a ver o local de cativeiro preparado para a vítima, até porque o interrogando não chegou a descer do caminhão; Que a vítima só lhe viu na hora da abordagem (...); Que a moto ficou na Br e Dudu desceu para dentro dos matos com o motorista do caminhão; Que Dudu disse que depois de um tempo alcançaria o caminhão na estrada e levaria para o local onde a carga ia ser entregue; Que o combinado era que Dudu depois que o caminhão se distanciasse soltaria o motorista do caminhão e alcançaria o interrogando e Klebson; Que receberia dois mil reais pela empreitada; Que não tem idéia de quanto valia a carga; Que conheceu Dudu na frente da coca-cola, descarregando caminhão; Que também o interrogando trabalhava descarregando caminhão; Que foi chamado só para abordar o motorista do caminhão e iria receber os dois mil reais de Dudu antes de entregar a carga; Que Dudu dizia que já tinha o pessoal para receber e descarregar o caminhão; Que foi convidado por Dudu para fazer o roubo; Que não conhecia o motorista do caminhão, nem o dono da empresa; Que nunca tinha feito coisa semelhante (...) Que foi Dudu quem lhe deu a arma; Que Dudu lhe entregou a arma na hora da abordagem; Que não sabe onde Dudu mora e não sabe onde ele se encontra hoje". (grifei)

A confissão do acusado, à toda evidência, foi corroborada por outros elementos probatórios. Vejamos o que disse a vítima Moacir José de Carvalho (fls. 233/235):

"Que trabalha como motorista profissional para a empresa Julia Transportes e no dia do fato guiava o caminhão referido na denúncia carregado de leite com destino para a empresa C&A, uma atacadista de cereais; Que estava sozinho no caminhão; Que estava na frente do estabelecimento do cliente, dentro do caminhão, e aguardava a empresa abrir porque ainda não era 07 horas da manhã; Que, de repente, um homem que depois de tudo passado veio a saber na delegacia, após o reconhecimento por foto, que era o acusado Fernando, nestes autos, abriu a porta do caminhão e ficou entre a porta e o declarante; Que o Fernando vestia uma farda azul e tinha umas

iniciais no bolso; Que essas iniciais não eram da C&A; Que lembra que uma letra era "M"; Que acreditando se tratar dos ajudantes para descarregar a carga, indagou o declarante "Cadê os outros?"; Que o Fernando então mostrou uma arma que ele encostou na altura do peito dele e disse que não havia outros e que o declarante ficasse calado e passasse para o baú do caminhão; Que o declarante chegou a pedir para levar pó caminhão e deixá-lo, o que foi recusado por Fernando que dizia que queria a carga, mas que o declarante precisava ir junto; Que o Fernando tomou o aparelho celular que o declarante estava no colo, mas não viu o aparelho que estava no bolso da calça do declarante; Que entrou no baú e foi ameaçado de que se existisse outro aparelho celular seria morto; Que não viu quem assumiu a direção do caminhão; Que ouviu o barulho do caminhão sendo ligado depois que a porta do baú já estava trancada; Que só sabia que havia mais alguém até aquele momento porque o próprio Fernando disse que não estava só; Que então passou a acionar a polícia pelo 190, usando seu celular, e também contatou a sua esposa e esta passava as informações do destino do caminhão para a polícia; Que a lataria do baú tem uma brecha e por ali o declarante ia observando o caminho para onde o caminhão seguia; Que o caminhão parou na BR232, depois da entrada do Curado, e ali Fernando mandou que o declarante descesse; Que o declarante viu então uma moto com 02 homens que estavam seguindo o caminhão; Que aqueles dois homens estavam com capacete, mas depois o que estava na garupa tirou o capacete e veio acompanhar o declarante para o local do cativeiro; Que o local do cativeiro era dentro dos matos e aquele homem que ficou vigiando o declarante também estava com arma de fogo; Que não reconheceu este por foto ou pessoalmente na delegacia; Que na delegacia reconheceu, além de Fernando, o Klébson, chamado de Binho; Que o Binho foi pego quando a polícia interceptou o caminhão, pois, era ele quem estava dirigindo; Que não estava no caminhão no momento da interceptação; Que ficou cerca de 50 minutos no cativeiro; Que lembra que lá havia colchões e outros objetos e o local já estava preparado antes do declarante chegar; Que não foi agredido no cativeiro; Que não foi dito qual era o propósito de manter o declarante no cativeiro, mas pensa que era para os assaltantes terem tempo de levarem a carga do caminhão; Que soube que, além de Binho, Fernando também estava no caminhão na hora em que a polícia interceptou; Que viu o helicóptero da SDS passar e alguns minutos depois aquele que lhe vigiava no cativeiro recebeu um telefonema e comentou com o declarante que "A casa havia caído", esclarecendo que os outros haviam sido presos; Que disse ainda aquele assaltante que aguardaria o da moto para saber o que ia

fazer; Que o declarante viu quando a moto chegou ao local e escutou um assovio e então aquele que estava lhe vigiando saiu correndo ao encontro da moto e os dois fugiram; Que a polícia Federal foi quem encontrou o declarante, que alcançou a BR e pediu ajuda; **Que já conhecia o Binho porque à época do fato ele era conferente e manobrista da empresa Julia Transportes; Que foi Binho quem conferiu e carregou o caminhão;** Que não tinha nada que desabonasse a conduta de Binho até aquela data, não sabendo o que passou na cabeça dele para praticar tal coisa; Que não conversou com Binho após o fato; Que em decorrência do estado em que se encontrava o declarante, o delegado preferiu tirar foto do Binho e do Fernando e apresentar para o declarante; Que ficou arrasado quando soube pelo Gustavo que era o Binho que estava dirigindo o caminhão, isso porque costumava almoçar, aconselhar o Binho a estudar, a voltar para a igreja, e ficou muito abalado quando soube que era ele quem estava envolvido no roubo, imaginou também que se Binho tivesse sido visto pelo declarante antes dele ser preso, poderia ter mandado matar o declarante, por medo de ser descoberto; Que não houve ameaça nesse sentido, mas ficou pensando que correu o risco; Que nunca tinha visto o Fernando antes; (...) Que o Fernando não bateu na pessoa do declarante; Que o José Fernando não chegou a apontar a arma diretamente para o declarante, mas a exibiu, como já dito; Que em nenhum momento foi amarrado; Que ouviu o barulho da moto quando se aproximou do local do cativeiro para buscar o outro; Que quando aquele que estava no cativeiro disse que os demais haviam sido presos e que ia aguardar o da moto para saber o que fazer, naquele momento o declarante acreditava que ia ser assassinado e quando viu aquele que lhe guardava correr para a moto, o declarante também correu para não ser morto; Que o José Fernando passou ordem apenas para o declarante; Que não deu para perceber quem estava na liderança do grupo" (destaques do relator).

Os policiais militares que participaram da prisão dos acusados detalharam em juízo como se deu a referida abordagem.

Anacleto da Silva Melo (fl. 236):

"Que participou da diligência policial que fez a interceptação do caminhão roubado; Que também participou o policial B. Souza e o cabo Barbosa; Que ouviu uma notícia na rádio CIODES de que o caminhão de placa AMD 8230 havia sido roubado e o motorista sequestrado; Que

iniciaram diligências pela 232; **Que o motorista estava com um celular passando a informação do trajeto do caminhão; Que o caminhão foi visto no primeiro retorno no sentido recife da 232, juntamente com uma motocicleta, que seguia junto;** Que, se não se engana, a motocicleta era de cor branca; Que viu apenas um homem na motocicleta, e ele estava de capacete; Que por conta da distância não viu a placa da moto; Que solicitou reforço policial para abordar o caminhão; **Que lembra que havia dois homens dentro da boleia do caminhão e soube que o nome de um deles era Binho e o outro Fernando;** Que não lembra qual dos dois estava dirigindo; Que não achou nenhuma arma com eles, nem tão pouco dentro do caminhão; **Que procurou dentro do baú o motorista Moacir e ele não estava lá;** Que quando estava na delegacia, a polícia Rodoviária chegou, trazendo seu Moacir, que foi achado na BR 232; Que soube que seu Moacir foi sequestrado na BR101 e deixado na 232; Que a vítima disse que viu a arma na hora em que foi abordada; Que lembra que a vítima comentou algo a respeito de ter visto Fernando subindo no caminhão e que tinha mais alguém em uma moto; Que não ouviu comentário dos que foram preso em flagrante a respeito dos fatos; Que tinha que escolher entre abordar a moto ou o caminhão e, como a preocupação era com a vítima, foi abordado o caminhão e a moto fugiu". (destaquei)

José Barboza da Silva (fl. 237):

"Que participou do apoio ao tenente Anacleto após este ter feito a prisão dos elementos; Que foram presos dois, que estavam com o caminhão da vítima; Que não lembra o nome dos dois; Que soube que o caminhão foi roubado nos Coelhos; Que o proprietário do caminhão não foi encontrado dentro do veículo na hora da abordagem e soube que ele foi sequestrado e deixado em algum lugar; Que não viu moto; Que não encontrou arma nem no caminhão, nem com os dois que foram presos; Que não viu a vítima na delegacia; Que os dois que foram presos se apresentaram como se fossem funcionários, inclusive apresentaram a documentação da carga, mas em seguida chegou a esposa da vítima Moacir, que afirmou que o caminhão era do marido dela e que havia sido roubado; Que ouviu no rádio que haviam roubado um caminhão e a placa era a mesma daquele; Que os dois trajavam farda de calça azul e a camisa não lembra a cor; Que lembra que havia alguma inicial do lado do bolso na farda".

Aderval Luiz Negromonte dos Santos (fls. 237/238):

Que participou da diligência que resultou na prisão dos acusados e na apreensão do caminhão da vítima; Que ouviu notícias no CIODES de que haviam roubado um caminhão e sequestrado o motorista; Que informavam a placa do caminhão e se dizia que o motorista estava dentro dele e passava as informações do trajeto para onde o caminhão estava seguindo e era a BR232; Que encontrou a polícia militar já abordando o caminhão, mas ainda estavam em dúvida quando ali chegou a esposa ou a filha do motorista, que confirmou a propriedade e o roubo; que o motorista proprietário não foi achado no caminhão e o depoente resolveu voltar ao posto da PRF para revistar os carros pequenos e localizar o motorista; Que então no caminho, viram o motorista na margem da BR acenando por socorro; Que o motorista estava muito abalado e maltrapilho; Que o motorista quase não conseguia falar, porque chorava, o que para entender era que se tratava da vítima proprietária do caminhão roubado; Que a vítima explicou que alguém havia descido com ele do caminhão e levado ele para aquele local de cativeiro; Que após uma ligação telefônica para aquele que vigiava a vítima onde ele mencionava "A casa caiu" ou coisa parecida, a vítima conseguiu fugir depois de um tempo porque ela acreditava que ia ser morta; Que não viu a vítima dizer que foi agredida; Que não viu ferimentos na vítima; Que depois foi até o local de cativeiro e viu que lá havia algo para a vítima deitar e alguns papelões para não ser visto; Que a vítima mencionou que havia um que lhe vigiava com arma de fogo; Que a vítima disse que parecia que alguém estava seguindo o caminhão em uma moto; Que se o depoente não se engana, a vítima disse que viu alguém na moto quando desceu do caminhão para o cativeiro; Que a vítima disse que a pessoa que lhe abordou para tomar o caminhão não apontou arma, mas levantou a camisa e exibiu; Que viu os dois que foram presos no caminhão; Que pelo que lembra, o que dirigia o caminhão era o que era funcionário; Que não conhecia nenhum dos acusados antes do fato (...).

O coautor do roubo descrito nestes autos, KLÉBSON MANOEL TELES DA SILVA também chancelou a confissão do ora apelante, detalhando como se deu a investida criminosa (fls. 277/278):

"(...) Que trabalhava na empresa vítima como conferente acerca de 06 meses; Que foi preso em frente ao Atacadão dos presentes na BR232, na cabine do caminhão roubado; Que era o interrogando quem estava dirigindo o caminhão roubado; **Que ao seu lado estava o acusado Fernando**; Que não havia ninguém no baú do caminhão; **Que havia um rapaz, conhecido**

como Dudu, que o seguia com uma moto; Que Dudu seguiu o caminhão porque o destino da carga seria definido por Dudu; Que estava seguindo Dudu e aquele dizia que iriam no sentido de Caruru; Que não sabe onde estava no motorista do caminhão; Que quando pegou o caminhão já estava certo par ao interrogando apenas dirigir; **Que pegou o caminhão nos Coelhos**; Que Dudu deixou o caminhão nos Coelhos com a chave dentro; Que o interrogando pegou o caminhão e Fernando estava próximo esperando; **Que na verdade o Dudu na noite anterior ao fato, trabalhou na empresa vítima como carregador, inclusive ajudar a carregar o caminhão roubado**; Que o caminhão tinha uma carga de leite; **Que o Dudu também já foi funcionário da empresa vítima**; **Que foi Fernando quem fez a abordagem ao motorista de caminhão**; **Que Fernando fez a abordagem sozinho**; **Que Fernando era o único que estava com arma de fogo**; Que não sabe em que momento Fernando encontrou Dudu; Que Fernando também já trabalhou como carregador na empresa eventualmente; Que não sabe qual era o local do cativeiro; Que não sabe quem ficou com o motorista no cativeiro; Que não sabe quem encomendou a carga; **Que Fernando foi quem planejou o roubo**; **Que Fernando indagou do interrogando se iria dirigir o caminhão e o interrogando concordou**; **Que pelo seu trabalho de dirigir o caminhão o interrogando receberia dois mil reais de Dudu**; (...) Que não sabia que Dudu e Fernando faziam roubo de carga; Que decidiu confessar porque uma vez que foi preso em flagrante, não tinha mais o que fazer e a verdade tinha que ser dita. Que o Dudu foi quem forneceu a arma; Que não sabe onde está o Dudu (...)” (destaquei)

Ao contrário do brandido pela defesa, verifica-se que existem provas suficientes da autoria delitiva aptas a lastrear o decreto condenatório ora fustigado. A confissão, tanto judicial como extrajudicial efetuada pelo apelante, não há negar, foi totalmente confortada pelas provas carreadas aos autos.

Também deve ser rechaçado o argumento de que o julgador monocrático se apoiou unicamente nas provas encartadas no inquérito policial. Ora, além das provas produzidas na fase inquisitorial, não só as testemunhais como também as materiais, vislumbra-se que toda a prova testemunhal produzida durante o sumário é unívoca no sentido de apontar que o ora apelante associou-se à pessoa de KLÉBSON MANOEL TELES DA SILVA, com o indivíduo conhecido pela alcunha de DUDU e com

terceiros não identificados para subtrair a carga de leite em pó que estava no caminhão que era conduzido pela vítima. Ficou testificado, de outra banda, que KLÉBSON e DUDU trabalharam na empresa Júlia Transportes, proprietária do caminhão subtraído pelos acusados, e, de posse de informações privilegiadas, como a natureza da carga e o destino desta, arquitetaram, juntamente com o recorrente, a ação delituosa descrita na denúncia.

Não se deve olvidar que em delitos onde não há testemunhas presenciais, a palavra da vítima assume especial relevância, principalmente quando confortada por outros elementos de prova, como na situação dos autos.

Em atenção à alegação da defesa, ainda aqui saliento não haver qualquer motivo para não dar crédito ao relato dos milicianos que atuaram na diligência. No ponto, registro a validade dos depoimentos prestados pelos policiais militares envolvidos na ocorrência como prova condenatória, especialmente quando vêm confirmados por outros elementos de prova coligidos ao processo, como no caso em que amparados pelo relato do ofendido. Assim, vale a transcrição das seguintes decisões, *verbis*:

Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE MACONHA APREENDIDA. PALAVRA DOS POLICIAIS. VALIDADE. A SIMPLES CONDIÇÃO DE SEREM AGENTES POLICIAIS NÃO RETIRA A CREDIBILIDADE DE SEUS TESTEMUNHOS, SALVO CONCRETA SUSPEIÇÃO. CONDENAÇÃO MANTIDA. APENAMENTO ADEQUADO. MANTIDO O PERDIMENTO DOS BENS, POIS EVIDENCIADA SUA LIGAÇÃO COM OS CRIMES PRATICADOS. NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS DEFENSIVOS. (Apelação Crime Nº 70037457595, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Brasil de Leão, Julgado em 10/02/2011)

(HC 30.776/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2004, DJ 08/03/2004 p. 304)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO DEVIDAMENTE AMPARADA NO

CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. TESTEMUNHO POLICIAL. EFICÁCIA PROBATÓRIA. VALORAÇÃO DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ.

Ainda que a condenação tivesse sido amparado apenas no depoimento de policiais - o que não ocorreu na espécie -, de qualquer forma não seria caso de anulação da sentença, porquanto esses não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenha participado, no exercício das funções. Em sendo assim, tais depoimentos revestem-se de inquestionável eficácia probatória, principalmente quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório.

O Pretório Excelso também se manifestou no mesmo sentido:

STF: “(...) Processual Penal. Testemunha policial. Prova: exame. I. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento no sentido de que não há irregularidade no fato de o policial que participou das diligências ser ouvido como testemunha. Ademais, o só fato de a testemunha ser policial não revela suspeição ou impedimento. II. Não é admissível, no processo de habeas corpus, o exame aprofundado da prova. III. H.C. indeferido” (HC 76.557-. – RJ – DJU de 2-2-2001, p. 73).

Se em relação ao mérito a decisão hostilizada não merece qualquer modificação, o mesmo se pode dizer quanto à dosimetria da pena.

A julgadora monocrática efetuou o exame das moduladoras inscritas no art. 59 do Código Penal nos seguintes moldes (fl. 307):

“Considero a **CULPABILIDADE** do acusado normal ao tipo. O réu não possui **ANTECEDENTES CRIMINAIS** (fls. 105 e 284). Testemunha informou que sua **CONDUTA SOCIAL** é boa (fl. 281), devendo esta circunstanciar ser valorada positivamente. Não há informações nos autos acerca de sua **PERSONALIDADE**, pelo que deixo de valorá-la. Os **MOTIVOS** e as **CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME** lhes são de todo desfavoráveis, porquanto tentou angariar valores sem trabalho em detrimento da segurança e integridade física do motorista do caminhão, bem como pela desnecessidade de privá-lo de sua liberdade para a consumação do crime, impondo sofrimento psicológico à vítima. As **CONSEQUÊNCIAS DO CRIME** não foram graves, visto que a vítima recuperou os bens

subtraídos. O COMPORTAMENTO da vítima em nada contribuiu para o evento delituoso”.

Em face de avaliar negativamente os motivos e as circunstâncias do crime, a juíza *a quo* fixou a basilar em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão. O discreto afastamento da pena-base do seu mínimo legal, não há negar, afigurou-se devidamente fundamentado, considerando que a pena cominada em abstrato para o crime de roubo é de 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão.

Em seguida, a reprimenda foi abrandada em 03 (três) meses em face da incidência da atenuante da confissão espontânea.

Por fim, a pena foi aumentada em sua metade em virtude das causas de aumento de pena previstas nos incisos, I, II e V, do § 2º do art. 157 do Código Penal, alcançando o patamar definitivo de 07 (sete) anos 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa.

A fração de aumento da pena, em razão da incidência de três qualificadoras, apresentou-se dentro dos parâmetros de razoabilidade. Confira-se:

Ementa: CÓDIGO PENAL. CRIMES CONTRA AO PATRIMÔNIO. ART. 157, § 2º, INC. I E II. ROUBO MAJORADO (QUALIFICADO). EMPREGO DE ARMA. CONCURSO DE AGENTES. PRELIMINAR. ART. 212, CPP. ORDEM DE INQUIRÇÃO DAS TESTEMUNHAS. (...) FRAÇÃO DE AUMENTO. **As majorantes (qualificadoras) do emprego de arma e concurso de agentes autorizam o aumento de até metade. Fração mínima adotada na sentença.** (...) PRELIMINAR DEFENSIVA REJEITADA. UNÂNIME. NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADA, POR MAIORIA. MÉRITO PROVIDO, EM PARTE. UNÂNIME. (Apelação Crime Nº 70059593178, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ivan Leomar Bruxel, Julgado em 11/06/2014)

Segundo a defesa, o apelante faria jus à fixação da reprimenda no mínimo legal em razão de ostentar os requisitos subjetivos sem, contudo, apontar quais

400

requisitos seriam estes. Quer-se crer que a defesa esteja fazendo alusão à primariedade e os bons antecedentes do paciente.

Tal argumento não procede. Na situação dos autos, não se justificaria a fixação da pena-base no mínimo legal quando mais de um dos vetores do art. 59 do Diploma Punitivo teve seu exame desfavorável. Confira-se:

TJAP: "Somente quando todos os parâmetros norteadores do art. 59 favorecem o acusado é que a pena-base deve ser estabelecida no seu menor quantitativo, de sorte que deverá residir acima deste, toda vez que pelo menos uma das circunstâncias judiciais militar em seu desfavor" (RT 767/620).

Ademais, como é cediço, a primariedade, por si só não confere direito público subjetivo ao réu a fixação da pena em seu patamar mínimo. Neste sentido:

Ementa: APELAÇÃO DEFENSIVA. JÚRI. ALEGAÇÃO DE ERRO OU INJUSTIÇA NO TOCANTE À APLICAÇÃO DA PENA (ART. 593, INCISO III, ALÍNEA C, DO CPP): - (...) Por outro lado, o Pretório Excelso já deixou assentado que O simples fato de o apenado não possuir antecedentes criminais não conduz, por si só, a fixação da pena no mínimo legal. Devem ser observados os demais aspectos que, previstos no artigo 59 do Código Penal, consubstanciam também circunstâncias judiciais. (HC 71509/PB, Relator Ministro Marco Aurélio, j. em 30/08/1994, 2ª Turma), bem como que **A PRIMARIEDADE DO ACUSADO NÃO LHE CONFERE DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO A FIXAÇÃO DA PENA-BASE EM SEU MÍNIMO LEGAL.** (HC 68926/MG, Relator Ministro Celso de Mello, j. em 10/12/1991, 1ª Turma). APELAÇÃO DESPROVIDA, POR MAIORIA. (Apelação Crime Nº 70024186611, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio de Oliveira Canosa, Julgado em 25/09/2008) (destaquei)

Por derradeiro, cumpre rejeitar o pedido de substituição da pena carcerária imposta ao réu por restritivas de direitos. O fato de o apelante haver sido condenado a uma pena carcerária superior a 07 (sete) anos de reclusão não autoriza a

h05

concessão do benefício, uma vez ausente o pressuposto objetivo do *quantum* da pena, gizado no art. 44, I, do Código Penal.

À vista do exposto, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, na esteira da manifestação ministerial, **voto pelo improvimento do recurso de apelação interposto por JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS JÚNIOR, a fim de manter incólume a sentença em testilha.**

É COMO VOTO.

Recife, 22 de Set de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO Nº 0051382-35.2010.8.17.0001 (0262070-2)

APELANTE: José Fernando dos Santos Júnior

APELADO: Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Extraordinária Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Eleonora de Souza Luna

VOTO DO REVISOR

Senhores Desembargadores:

Trata-se de recurso de apelação interposto por **José Fernando dos Santos Júnior**, devidamente qualificado nos autos, por meio de advogado regularmente constituído, contra a sentença de fls. 301/308, proferida pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital, que o condenou à pena de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses de 15 (quinze) dias de reclusão, cumulada ao pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, à fração de 1/30 (hum trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, por infração ao artigo 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal.

Às fls. 315/326, em confuso arrazoado, a Defesa alega que não restou comprovada nos autos a participação do apelante na conduta delitiva, assim como que a sentença está fundamentada apenas em elementos colhidos durante o inquérito, pugnando, assim pela absolvição. Sustenta, ainda, que o recorrente "*preenche os requisitos subjetivos para ver sua reprimenda ancorada no mínimo legal*", assim como faz *jus* ao benefício da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

O Ministério Público apresentou contrarrazões às fls. 343/346 pela improcedência do apelo. No mesmo sentido pronunciou-se a Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Dra. Eleonora de Souza Luna, às fls. 368/372.

Pois bem.

Extrai-se dos autos que no dia 17/09/2010, no bairro da Boa Vista, nesta cidade, José Fernando dos Santos Junior, ora apelante, juntamente com o corréu Klébson Teles da Silva e outros indivíduos não identificados, abordaram o caminhão carregado com mercadorias avaliadas em R\$ 87.120,00 (oitenta e sete



403

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

mil e cento e vinte reais) dirigido por Moacir José de Carvalho, e ameaçando-o com arma de fogo, colocaram-no no baú do caminhão, seguindo em direção à BR-232.

Enquanto estava no baú do caminhão, Moacir José de Carvalho utilizou seu telefone celular para ligar para o dono da mercadoria e avisar do que acontecia. Momentos depois, ele foi compelido a descer do caminhão e seguir para dentro do matagal com um indivíduo conhecido apenas como "Dudu", restando lá vigiado.

Avisados, Policiais que seguiam pela BR-232 identificaram o caminhão e abordaram-no, dando voz de prisão aos acusados Fernando e Klebson. Os demais indivíduos conseguiram evadir-se. O motorista do caminhão, Moacir José de Carvalho, conseguiu sair do cativeiro após descuido do homem que o vigiava, seguindo para a pista dos carros, onde pediu socorro e foi abordado por viatura da Polícia Rodoviária Federal.

Conquanto não tenha sido contestada, destaca-se que a materialidade delitiva encontra-se devidamente comprovada nos autos, conforme documentos de fls. 27, 43/45 e 50.

A autoria é igualmente incontroversa.

Perante a autoridade policial (fls. 15/16), o apelante confessou a prática delitiva, dando detalhes acerca da empreitada, deste o planejamento até sua execução, dizendo, inclusive, ter sido o responsável por abordar o condutor do veículo, juntamente como o corréu Klebson, o fazendo com grave ameaça, mediante a utilização de arma de fogo.

Ainda no inquérito, o motorista do caminhão, Sr. Moacir José de Carvalho, reconheceu o ora apelante como um dos assaltantes – auto de reconhecimento à fl. 46.

Em juízo, o recorrente reiterou a confissão feita na esfera policial, aduzindo o seguinte:

"[...] Que estava dentro do caminhão roubado ao lado de Klebson que o dirigia; Que Dudu disse que o destino era Caruaru, mas não disse a quem iria ser entregue a carga; Que



hoh

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Dudu dirigia uma moto Broz de cor preta e não ia na dianteira do caminhão e sim, seguia o caminhão; **Que foi o interrogando quem abordou o motorista em frente a distribuidora; Que não chegou a apontar a arma, apenas exibiu a replica de 38, de plástico, que trazia na cintura; Que a replica não efetua tiros e não tinha munição; Que essa arma não foi apreendida porque ficou com Dudu e este conseguiu foragir; Que conhecia Klebson apenas de vista; Que conhecia Dudu e foi levado por ele até o local da abordagem ao motorista do caminhão; [...]** Que tomou o celular do motorista do caminha e colocou ele no baú do próprio caminhão; Que Dudu seguiu o caminhão e quando chegou no atacado dos presentes o próprio Dudu abriu o baú e ficou com o motorista no local, deixando a moto estacionada; **Que assim que deu partida no caminha, acerca de 100 metros depois de deixar Dudu e a vítima foram abordados pela polícia; Que Dudu viu a abordagem e deixou a vítima no local e fugiu com a moto; Que Dudu ficou com a vítima no local para dar tempo do caminhão se distanciar sem que a vítima denunciasse; [...]** Que Dudu disse que depois de um tempo alcançaria o caminhão na estrada e levaria para o local onde a carga ia ser entregue; **Que o combinado era que Dudu depois que o caminhão se distanciasse soltaria o motorista do caminhão e alcançaria o interrogando e Klebson; Que receberia dois mil reais pela empreitada; Que não tem idéia de quanto valia a carga; Que conheceu Dudu na frente da coca-cola, descarregando caminhão; Que também o interrogando trabalhava descarregando caminhão; Que foi chamado só para abordar o motorista do caminhão e iria receber os dois mil reais de Dudu antes de entregar a carga; Que Dudu dizia que já tinha o pessoal para receber e descarregar o caminhão; Que foi convidado por Dudu para fazer o roubo; Que não conhecia o motorista do caminhão, nem o dono da empresa; Que nunca tinha feito coisa semelhante; [...]** Que foi Dudu quem lhe deu a arma; **Que Dudu lhe entregou a arma na hora da abordagem; Que não sabe onde Dudu mora e não sabe onde ele se encontra hoje. [...]** Que fez abordagem a vítima entre 07 a 08 da



405

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

manhã; Que foi abordado pelos policiais por volta das 09 da manhã; Que durante o tempo que ficaram com a vítima, não chegaram a bater ou amarrá-la.” (fls. 279/280) Destaquei.

O corréu Klébson Manoel Teles da Silva, embora tenha negado a autoria no auto de prisão em flagrante delito (fls. 13/14), em juízo, às fls. 276/277, se retratou. Assumiu, desta feita, sua participação e ratificou o envolvimento do ora apelante no delito de roubo apurado nos presente autos.

Confira-se, ainda, trecho das declarações prestadas em juízo pela vítima Moacir José de Carvalho, às fls. 233/235:

“[...] Que estava sozinho no caminhão; Que estava na frente do estabelecimento do cliente, dentro do caminhão, e aguardava a empresa abrir porque ainda não era 07 horas da manhã; Que, de repente, um homem que depois de tudo passado veio a saber na delegacia, após o reconhecimento por foto, que era o acusado Fernando, nestes autos, abriu a porta do caminhão e ficou entre a aporta e o declarante; Que o Fernando vestia uma farda azul e tinha umas iniciais no bolso; Que essas iniciais não eram da C&A; Que lembra que uma letra era “M”; Que acreditando se tratar dos ajudantes para descarregar a carga, indagou o declarante “Cadê os outros?”; Que o Fernando então mostrou uma arma que ele encostou na altura do peito dele e disse que não havia outros e que o declarante ficasse calado e passasse para o baú do caminhão; Que o declarante chegou a pedir para levar pó caminhão e deixa-lo, o que foi recusado por Fernando que dizia que queria a carga, mas que o declarante precisava ir junto; Que o Fernando tomou o aparelho celular que o declarante estava no colo, mas não viu o aparelho que estava no bolso da calça do declarante; Que entrou no baú e foi ameaçado de que se existisse outro aparelho celular seria morto; Que não viu quem assumiu a direção do caminhão; Que ouviu o barulho do caminhão sendo ligado depois que a aporta do baú já estava trancada; Que só sabia que havia mais alguém até aquele momento porque o próprio Fernando

4



406

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

disse que não estava só; Que então passou a acionar a policia pelo 190, usando seu celular, e também contatou a sua esposa e esta passava as informações do destino do caminhão para a policia; Que a lataria do baú tem uma brecha e por ali o declarante ia observando o caminho para onde o caminhão seguia; Que o caminhão parou na BR232, depois da entrada do Curado, e ali Fernando mandou que o declarante descesse; Que o declarante viu então uma moto com 02 homens que estavam seguindo o caminhão; Que aqueles dois homens estavam com capacete, mas depois o que estava na garupa tirou o capacete e veio acompanhar o declarante para o local do cativieiro; Que o local do cativieiro era dentro dos matos e aquele homem que ficou vigiando o declarante também estava com arma de fogo; [...] Que na delegacia reconheceu, além de Fernando, o Klébson, chamado de Binho; Que o Binho foi pego quando a policia interceptou o caminhão, pois, era ele quem estava dirigindo; Que não estava no caminhão no momento da interceptação; Que ficou cerca de 50 minutos no cativieiro; Que lembra que lá havia colchões e outros objetos e o local já estava preparado antes do declarante chegar; [...] Que viu o helicóptero da SDS passar e alguns minutos depois aquele que lhe vigiava no cativieiro recebeu um telefonema e comentou com o declarante que “A casa havia caído”, esclarecendo que os outros haviam sido presos; Que disse ainda aquele assaltante que aguardaria o da moto para saber o que ia fazer; Que o declarante viu quando a moto chegou ao local e escutou um assovio e então aquele que estava lhe vigiando saiu correndo ao encontro da moto e os dois fugiram; Que a policia Federal foi quem encontrou o declarante, que alcançou a BR e pediu ajuda; [...] Que o Fernando não bateu na pessoa do declarante; Que o José Fernando não chegou a apontar a arma diretamente para o declarante, mas a exibiu, como já dito; Que em nenhum momento foi amarrado; Que ouviu o barulho da moto quando se aproximou do local do cativieiro para buscar o outro; Que quando aquele que estava no cativieiro disse que os demais haviam sido presos e que ia



407

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

aguardar o da moto para saber o que fazer, naquele momento o declarante acreditava que ia ser assassinado e quando viu aquele que lhe guardava correr para a moto, o declarante também correu para não ser morto; Que o José Fernando passou ordem apenas para o declarante; Que não deu para perceber quem estava na liderança do grupo.” Destaquei.

No mesmo sentido são os depoimentos de Gustavo Januário Nunes Siqueira, Anacleto da Silva Melo, José Barboza da Silva, Aderbal Luiz Negromonte dos Santos, às fls. 235/238.

Como se percebe, o apelante confessou a prática delitiva, com todas as suas circunstâncias – uso de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima -, tanto perante a autoridade policial quanto em juízo, o que foi confirmado pela palavra do corréu Klébson e pela prova testemunhal.

Diante desse cenário, não há que se falar em insuficiência de provas, relevando-se manifestamente improcedente a alegação de que a condenação foi baseada unicamente no do inquérito policial, pois, conforme demonstrado acima, a prova oral colhida em juízo ratificou tudo quanto foi produzido na fase investigativa.

Portanto, não há dúvidas que o apelante praticou o delito de roubo circunstanciado pelo uso de arma, concurso de agentes e com restrição da liberdade da vítima, razão pela qual a manutenção da condenação do mesmo por infração ao art. 157, §2º, incisos I, II e V, é medida de rigor.

Melhor sorte não socorre a defesa quanto à dosimetria da pena.

Verifica-se que a Exma. Sra. Juíza *a quo* respeitou o princípio insculpido no art. 5º, XLVI, da CF/88, que trata da individualização da pena e observou a regra contida no art. 68, do CP, relativa ao sistema trifásico de aplicação da reprimenda, pois fixou a pena base atendendo ao critério do art. 59, do CP, reconheceu atenuante legal e ao final, fez incidir a causa de aumento aplicável ao caso em concreto.

Dessa forma, não se constata qualquer ilegalidade na operação dosimétrica.



408

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Lado outro, é cediço que as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do CP, são parâmetros de quantificação da pena, razão pela qual a sanção base somente pode ser fixada em seu grau mínimo quando todas elas militam em favor do acusado, uma vez que são vinculantes, de sorte que, mesmo quando apenas uma delas compromete o agente, o afastamento do marco inicial se torna imperioso.

Na hipótese, ao fixar a pena base, a Magistrada de piso analisou cada uma das circunstâncias judiciais, valorando em desfavor do apelado os motivos e as circunstâncias do crime, justificando, assim, a fixação da pena base, um pouco acima do mínimo legal, qual seja, 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Na segunda etapa, reduziu sanção em 03 (três) meses, pela atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP) e, na última fase, aplicou o aumento decorrente da incidência das três majorantes (art. 1547, §2º, incisos I, II e V, CP), elevando a pena de 1/2 (metade). Alcançou, assim, em definitivo, 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, reprimenda que não desbordou os lindes da proporcionalidade e da razoabilidade, mostrando-se justa e necessária para alcançar os escopos punitivo e ressocializador da pena.

Por fim, não há que se falar em conversão da pena privativa de liberdade em sanção restritiva de direitos, seja pelo quantum da pena definitiva seja em razão do delito ter sido cometido mediante grave ameaça, não preenchendo, desse modo, os requisitos objetivos exigidos no art. 44, inciso I, do Código Penal.

Assim considerado, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22 de fevereiro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor